



CARTA ÀS COMUNIDADES, AUTORIDADES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

I FÓRUM INTERNACIONAL INDÍGENA DE SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA SOCIAL E ACORDOS DE PAZ EM CONTEXTO DE FRONTEIRA

Nós, caciques, lideranças indígenas, anciãos, mulheres e juventude Tikuna, Kokama, Kaixana, Witoto, Kambeba, Kanamari e organizações indígenas do Alto e Médio Solimões e Javari, pertencentes aos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Iça, Tonantins, Jutai e Coari, bem como, autoridades, pesquisadores, representantes do governo, instituições nacionais e internacionais, reunidos no I Fórum Internacional Indígena de Segurança Pública, Justiça Social e Acordos de Paz em Contexto de Fronteira, realizado nos dias 23 a 26 de junho de 2025 na quadra do Exército Cel. Walter Berg, no município de Tabatinga no Estado do Amazonas, na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia.

Comunicamos:

É de conhecimento de todos o abandono e a desarticulação das instituições públicas, que mantêm as fronteiras abertas, especialmente na região do rio Solimões. A ausência de efetivo dos órgãos de segurança pública, incluindo suas atividades fiscalizatórias, bem como as bases de proteção nos territórios facilitam a entrada dos garimpeiros, madeireiros, pescadores, caçadores ilegais e piratas, que disputam territórios em nome de facções criminosas. Esta situação traz problemas em nossas comunidades como o aumento da violência e suicídios, consumo indiscriminado de álcool e drogas, que afetam jovens, crianças, desestruturando comunidades inteiras. Temos denunciado esse contexto de insegurança e descaso do Estado inúmeras vezes ao poder público, exigindo maior presença policial e reconhecimento do trabalho de seguranças comunitários indígenas que fiscalizam e expõem suas vidas cotidianamente.

Considerando a necessidade urgente de construir pontes entre os povos, fortalecer alianças e promover o diálogo entre diferentes setores para garantir os direitos dos Povos Originários à vida, à dignidade e à paz.



Em diálogo com as autoridades presentes e ausentes, reivindicamos:

● **FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E GUARDAS INDÍGENAS**

1. Exigimos a presença efetiva e respeitosa do Estado nos territórios indígenas, com ações de segurança pública, assistência psicossocial e educacional que respeitem a nossa autonomia e os nossos modos de vida bem como nossos saberes ancestrais como povos originários;
2. Exigimos ter segurança como condição fundamental. Dado que ameaças e ações de pirataria impedem a produção e circulação de bens.
3. Criação de um Gabinete de Gestão Integrada – GGI, na cidade de Tabatinga, de modo a promover a articulação de ações integradas de Segurança Pública na região como polícia militar, polícia Federal, polícia Civil, com acompanhamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Força Nacional; Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério dos Povos Indígenas e Ministério da Defesa como Exército Brasileiro e Marinha de Tabatinga;
4. Destinação de recursos públicos específicos para ações de segurança pública na região do Alto Solimões e Vale do Javari;
5. Reativação da Base Anzol no Alto Solimões, no Vale do Javari, bem como a criação de uma Base Operacional na região do Jutai;
6. Aumento do efetivo dos órgãos de segurança pública, a exemplo do contingente da Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar na região e Guarda Civil, com vagas específicas para os povos indígenas;
7. Implementação de Equipe Regionalizada de Proteção dos Direitos Humanos, ligado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), na cidade de Tabatinga, tendo em vista a especificidade da região e dos defensores indígenas em situação de ameaça;
8. Monitoramento das terras indígenas de fronteira por parte da Polícia Federal, Exército e Marinha;
9. Elaboração de cartilhas de comunicação e mecanismos de denúncia que respeitem o sigilo das informações, bem como a proteção dos dados do denunciante, de modo a evitar retaliações.
10. Defendemos e solicitamos formações, reconhecimento e valorização de agentes indígenas de proteção e segurança dos nossos territórios;
11. Exigimos o fortalecimento e apoio aos grupos de segurança comunitária e indígena na proteção territorial de nossos territórios com criação de Legislações Municipais, Federais e Estaduais. Queremos informações e os fluxos de denúncias dos crimes cometidos nas comunidades. Que as



Prefeituras Municipais do Alto Rio Solimões, reservem vagas/cotas no concurso de Guardas Municipais.

• **JUSTIÇA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS PARA A JUVENTUDE E COMUNIDADES**

1. Reivindicamos o pleno reconhecimento de direitos constitucionais relativos à segurança, à saúde, educação, justiça, políticas de proteção aos territórios indígenas, o direito de ir e vir nos rios e no restante do território;
2. Reivindicamos a ação efetiva do Ministério Público Federal - MPF em defesa conjunta dos nossos direitos, uma vez que tem sido omissos em seu dever institucional;
3. O combate a todas as formas de violência, racismo e criminalização das lideranças indígenas.

PARA A NOSSA JUVENTUDE

1. Exigimos a criação de políticas públicas voltadas para juventude indígena nos territórios que incluam ações de esporte, lazer, educação, por parte do Município, Estado e Governo Federal no Alto Rio Solimões;
2. Exigimos maiores espaços para que a juventude possa ser ouvida, e incluídos nas tomadas de decisões nas comunidades;
3. Queremos Centros Comunitários de esporte e lazer.
4. Projetos Municipais e Estaduais para a volta das Olimpíadas de Jogos Tradicionais Indígenas.
5. Formação política para a juventude por parte dos movimentos indígenas de outras regiões.
6. Capacitação e formação sobre o uso de entorpecentes e seus efeitos por parte das instituições de Saúde Municipal, Estadual e Federal dentro das nossas comunidades e não somente a SESAI.
7. Criação e participação de um Fundo Indígena para a Juventude pelos fundos e recursos nacionais e do movimento indígena.

PARA A NOSSAS MULHERES INDÍGENAS

1. Exigimos formação sobre e para lideranças mulheres, gênero, raça por parte do Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas e Ministério da Igualdade Racial;



2. Ampliação de Defensores e Procuradores com conhecimento sobre mulheres indígenas e direitos indígenas;
3. Fortalecimento e Reconhecimento das Parteiras e Medicinas Indígenas por parte do Ministério da Saúde e do Ministério das Mulheres;
4. Criação de Delegacias de Mulheres que atenda também mulheres indígenas;
5. A realização de Encontro Regional ou Fórum das Mulheres Indígenas do Alto Rio Solimões e Javari.

PARA A NOSSA SAÚDE FÍSICA, MENTAL, ESPIRITUAL

1. Realização de intercâmbios de saberes sobre formas de cuidados entre povos indígenas da Colômbia, Alto Rio Negro, Roraima para construção de ações de trocas de experiências e ações comunitárias;
2. Criação de projeto sociais indígenas nas comunidades para a juventude;
3. Criação de grupo de acolhimentos para troca de saberes sobre plantas medicinais, formas de cuidado;
4. Projetos como aulas de informática para jovens e adultos nas comunidades;
5. Projeto de atividade e cursos profissionalizantes (artesanato, pedreiro, padeiros, carpinteiro etc) para a juventude

PARA A NOSSA AUTO-ORGANIZAÇÃO

1. Exigimos a implementação de nossos PGTAS, Planos de Vida e formação política para a elaboração de Regimentos Internos;
2. Reconhecimento dos grupos de segurança indígena das nossas comunidades com apoio a formações e ajudas sociais;
3. Apoio no Manejo Florestal das nossas comunidades e formação dos nossos Agentes Ambientais Indígenas com apoio das instituições de meio ambiente;
4. Exigimos processos de Consulta Livre, Prévia e Informada em todas ações que tenham a ver com nossos territórios, sejam a nível Municipal, Federal e Estadual;



- **SOBRE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS PARA A REGIÃO DO ALTO RIO SOLIMÕES**

1. Propõe-se também o levantamento das potencialidades produtivas de cada município, articulação entre comunidades por meio de intercâmbios de saberes e descentralização da produção;
2. Solicitamos que sejam criados centros de fortalecimento das organizações indígenas e das redes de comercialização em Tabatinga;
3. Para tal, propomos que nos seja facultada assistência técnica (IDAM, SEBRAE, SEPROR) e formação para a elaboração qualificada de projetos (com apoio do IFAM e das diversas universidades públicas como a UNICAMP e a UEA);
4. Reforça-se a importância da agroecologia, do fortalecimento das associações e do engajamento da juventude indígena no movimento social, com apoio de instituições como a FUNAI, AFEAM e ONGs;

- **PAZ, COOPERAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL NAS FRONTEIRAS**

1. Propomos a criação de mecanismos de cooperação entre os países da tríplice fronteira, como Colômbia e Peru, para a proteção dos povos indígenas que vivem nessa região, por meio da escuta ativa das solicitações das organizações indígenas, sendo os povos indígenas protagonistas nos processos decisórios, respeitando seus saberes em seus territórios e formas de trocas de saberes;
2. Sugerimos a criação de um Comitê Internacional Permanente para acompanhar os desdobramentos deste Fórum, articulando ações conjuntas entre comunidades, governos e organismos internacionais.

- **POVOS EM ISOLAMENTO**

1. Elaboração de diagnósticos transfronteiriços sobre a presença de povos em isolamento na fronteira Colômbia - Brasil e Peru - Brasil;



- **DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS**

1. Que seja cumprido o direito originário à terra como garantido na nossa Constituição Federal de 1988, através da demarcação das Terras Indígenas do Alto Solimões com a celeridade e urgência que o assunto merece e com o envolvimento dos Povos Indígenas da Região.
2. Exigimos a demarcação das nossas terras indígenas que estão em andamento:

São Paulo de Olivença -AM

- 1- Tupi I - (Reconhecida) - Kambeba
- 2 - Tupi II - (Reconhecida) - Kambeba
- 3 - Santa Terezinha - sede - Reconhecida) - Kambeba
- 4 - São Raimundo do Universo (Reconhecido) Kambeba
- 5 - Monte das Oliveiras (falta reconhecer) Kambeba
- 6 - São Tomás (Reconhecida)
- 7- Bacaba (Reconhecida) - Rio Jandiatuba - Kambeba
- 8 - Mata Cachorro (Reconhecida) Jandiatuba - Kambeba
- 9 - Piná - (Reconhecida) Jandiatuba - Kambeba

Município de Tonantins - AM

1. São Francisco - Kaixana
2. Igarapé do Manacá - Kokama
3. Santa Rosa - Kokama
4. Espírito Santo - Kaixana
5. Nova Canaã - Kokama
6. Cumã - Kaixana
7. Porto Nascimento - Kokama
8. Muria- Kaixana
9. São Lázaro - Kaixana
10. São José do Amparo - Kokama
11. Santa Maria - Kokama

Município de Santo Antônio de Içá - AM

1. Nova Esperança - Kokama
2. Nova Floresta - Ticuna
3. Mamuriá I - Kokama



4. Mamuriá II - Kokama
5. Três corações - Kambeba
6. Canaã - Kokama
7. Pronto socorro - Kokama
8. São José - Kokama
9. São Salvador - Kokama
10. São Gabriel - Kokama
11. São Francisco dos Cordeiros - kokama
12. Ilha do Maurerú
13. Ilha do Taiacú - kokama

Município de Amaturá - AM

1. Aldeia Colônia - Reivindicada processo: 08620.0008000/ 2019-53 - Povo Witoto
 2. Porto Ortega (a ser Reconhecida) - Povo Witoto
 3. São Domingos (Reconhecido) - Povo Witoto
 4. Vargem Grande (a ser Reconhecido) - Povo Witoto
- Obs: Mapear os Witoto do Rio Içá

Benjamin Constant -AM

1. Bom Jardim I (Ticuna)
2. Bom Jardim II (Kokama)

- **CONTINUIDADE E EXPANSÃO DO DEBATE E MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

1. Reafirmamos o compromisso de dar continuidade ao Fórum, com a realização de encontros periódicos anuais e a ampliação da participação de mais comunidades indígenas e países envolvidos para realização de intercâmbios.
2. **Requeremos a participação efetiva das instituições públicas em nível municipal, estadual e federal responsáveis pelas demandas discutidas e propostas durante o Fórum para que cumpram seu dever institucional e constitucional!**



Encerramos este Fórum com o espírito de união, resistência e esperança, certos de que somente por meio do diálogo intercultural transfronteiriço entres os países Brasil, Peru e Colômbia, da justiça e do respeito aos povos indígenas será possível construir fronteiras de paz.

Finalmente, **EXIGIMOS QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** dê explicações públicas sobre a ausência no Primeiro Fórum Internacional Indígena e falta de envolvimento público nas pautas de segurança e proteção em nossos territórios.

Tabatinga, 26 de junho de 2025

Assina:

Coletivo Organizador do I Fórum Internacional Indígena
Federação das Organizações, das Comunidades e Caciques Indígena Ticuna - FOCCIT,
Associação MAPANA
Projeto AgroVida - Naãne Arü Ma'ü – Terra e Vida;
Associação das Mulheres Indígenas Tikuna – AMIT;
Instituto de Etnodesenvolvimento – NGUTAPA;
Associação Segurança Comunitária Indígena de Umariçu – SEGCUM;
Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngues – OGPTB;
Federação Indígena do Povo Kokama-Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia – TWRK;
Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Kokama – OGCCIPK;
Organização dos Kambeba do Alto Solimões – OKAS;
Associação dos Witoto do Alto Solimões – AWAS;
Conselho dos Povos Indígenas de Jutáí – COPIJU;
Organização dos Povos Indígenas Kaixana de São Francisco de Tonantins – OPIKT;
União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) e associações do Vale do Javari